

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

COLETIVOS DE MÃES UNIVERSITÁRIAS ROMPENDO COM A HISTÓRIA DA EXCLUSÃO FEMININA NAS UNIVERSIDADES

Juliana Marcia Santos Silva
Doutoranda em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
julianamss@msn.com

Andréia Clapp Salvador
Docente do programa de Pós Graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro
aclapp@puc-rio.br

RESUMO

O ambiente universitário se constituiu como um espaço masculino que segue ignorando as demandas que são prioritariamente femininas. Entendendo que as transformações sociais ocorridas durante o séc. XVIII demonstraram a necessidade de conservar as crianças para defender e trabalhar pela nação, percebeu-se que discursos disseminados no fim do séc. XIX foram essenciais para construir a figura da mãe ideal, pronta para oferecer um amor sem limites aos seus filhos e capaz de anular-se diante de suas necessidades. Aliada a isso, a educação feminina pensada apenas para que as mulheres limitassem seus desejos ao ambiente doméstico resultou na exclusão feminina dos ambientes políticos e educacionais, assim nota-se que ainda hoje as mulheres travam lutas cotidianas nos ambientes de formação superior e utilizam-se da organização de coletivos para o enfrentamento do machismo na universidade. Desta forma este trabalho tem por objetivo mapear os coletivos de mães universitárias no Brasil. Para isso busca-se resgatar a história dos coletivos de mães universitárias, compreender sua importância como movimento social e analisar seus impactos na universidade. Na tentativa de alcançar tais objetivos e diante dos limites colocados pela pandemia de Covid19, utilizou-se da etnografia virtual com análise da presença dos coletivos na rede social *Facebook* e pesquisa exploratória realizada a partir da inserção nos grupos de *Facebook* e *WhatsApp* do “Coletivo Nacional De Mães Na Universidade”, além de pesquisa bibliográfica. Os dados obtidos possibilitaram o mapeamento de 25 coletivos, tendo o primeiro sido criado em 2010 e outros ao longo desta década demarcada pela mobilização da juventude universitária que manifesta sua descrença nas instituições parlamentares, tendo culminado nas mobilizações de junho de 2013. A análise dos resultados demonstra também que os coletivos reproduzem práticas e pensamentos do movimento feminista, bem como já apresentam alguns resultados nas políticas de assistência estudantil e permanência universitária. Considera-se, portanto, que o movimento de mães universitárias é um elemento de grande importância para o exercício da democracia participativa e a inclusão e permanência de mães neste ambiente.

1. MULHER, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ao refletir sobre maternidade o livro *Um Amor Conquistado: O mito do amor materno* da filósofa francesa Elizabeth Badinter (1980) versa sobre a criação do sentimento moderno de maternidade baseada no amor indefectível, infinito e oblativo que existiria naturalmente na mãe, como um instinto. A autora aponta como a evocação do amor materno foi útil para atender a uma “emergência demográfica” na Europa no fim do séc. XVIII, assim o mito do amor materno contou com o envolvimento de diversos agentes para a criação e manutenção, que vão desde filósofos iluministas a políticos, padres, médicos e cientistas que contribuíram, cada um em sua área, colaborando para a naturalização da maternidade enquanto destino único e sagrado da mulher.

Para Badinter(1980) esse mito do amor materno surge junto com o modelo de família moderna que tratou também de definir “lugares sociais”, signos e modelos de comportamento para homens e mulheres para além do espaço privado do lar. Embora os modelos sociais analisados pela autora datem do início do séc. XVIII nota-se que eles reverberam até hoje em nossa sociedade, desta forma, mesmo que as mulheres tenham conquistado direitos como à educação e ao trabalho ainda há uma naturalização de sua subordinação ao homem na sociedade. Neste sentido é correto afirmar que a definição do lugar social da mulher estabelece para elas não só a dedicação ao lar, mas também sua prisão a ele. Romper com esse “lugar social” designado para as mulheres, seja para estudar ou trabalhar, veio apenas após a luta travada pelo movimento feminista e o movimento de mulheres.

Percebemos, na análise aprofundada da história da educação, elementos para compreender como a universidade se constituiu como um espaço masculino e branco e que ainda apresenta severas assimetrias de gênero e raça. Na obra *O Emílio* de Jean-Jacques Rousseau (1799) o filósofo iluminista defendia a necessidade de uma educação diferenciada para homens e mulheres, baseando seus argumentos unicamente em suas diferenças de gênero. O autor defendia que a educação das mulheres deveria ser voltada para as atividades que estavam naturalmente indicadas para elas, o cuidado com o lar, a família e a servidão ao homem como notamos no trecho destacado a seguir:

Uma vez demonstrado que o homem e a mulher não devem ser constituídos da mesma maneira, nem de caráter nem de temperamento, segue-se que não devem receber a mesma educação. Seguindo as diretrizes da natureza, devem agir de acordo, mas não devem fazer as mesmas coisas: o fim dos trabalhos é o mesmo, mas os trabalhos são diferentes, e por conseguinte os gostos que os dirigem. [...] toda a educação das mulheres deve ser relativa ao homem. Serem

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

úteis, serem agradáveis a eles e honradas, educa-los jovens, cuidar deles grandes, aconselhá-los, consolá-los, torna-lhes a vida mais agradável e doce; eis os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes devemos ensinar já na sua infância. (ROUSSEAU, 1979, p. 310-312)

Ideias semelhantes podem ser percebidas no Brasil em seu período imperial, tendo em vista que na análise da Lei de 15 de outubro de 1827, que versa sobre a criação das escolas de primeiras letras nas cidades mais populosas do Império. Em seu artigo 6º estabelece que

Art 6º - Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil. (BRASIL, 1827, p.1)

Contudo em seu artigo 12º, trata especificamente das meninas, definindo uma educação diferenciada baseada apenas no gênero e definindo o “lugar social” da mulher, a domesticidade: “As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica [...]”(BRASIL, 1827, p.2).

Louro (2004 apud SILVA, 2020) demonstra que no período republicano no Brasil a concepção hegemônica sobre a educação das mulheres é que ela deveria ser de maior educação do que de instrução, ou seja, sua formação deveria ser moral baseada principalmente em valores cristãos, nos bons princípios para que cumprisse com seu destino primordial e natural de ser mãe e esposa. Este discurso naturalista, associou a capacidade reprodutiva das mulheres à maternidade, a docilidade e a afetividade, tenha sido utilizado como argumentação para manter as mulheres presas as funções tradicionais.

Embora com o passar dos anos as mulheres tenham ampliado sua presença nas IES, e hoje sejam a maioria, as mães universitárias da atualidade encontram condições diferentes de permanência quando comparadas às mulheres sem filhos. Pesquisas conduzidas por Silva (2017; 2020), Urpia (2011), Bittencourt (2013) e pelo Parent in Science (2018; 2020) apontam que a universidade ainda é um espaço masculino, branco e onde predomina o machismo e a visão universalista sobre o corpo discente, entende a maternidade como uma questão privada e individual. Desta forma oferece pouca ou nenhuma estrutura para permanência das mães universitárias.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

As mães estudantes precisam mobilizar não só uma organização da sua rotina, mas precisam também contar com a composição de uma rede que possibilitem a sua permanência. Por outro lado, também se faz necessária a criação de políticas específicas que tratem das especificidades trazidas por este público. Silva (2020, p.132) indica que uma boa política de permanência voltada para mães universitárias “não pode ser reduzida à creche, mas precisa atuar sobre as diversas dimensões desta vivência atuando para coibir o assédio moral e o racismo que são fatores que também contribuem para a evasão.”.

2. DEMOCRACIA MOVIMENTOS SOCIAIS E COLETIVOS DE MÃES UNIVERSITÁRIAS

Muitos movimentos da sociedade civil tiveram, nas décadas de 80 e 90, suas agendas de reivindicação alteradas. Para determinados grupos, o enfoque deixa de estar pautado exclusivamente na questão da igualdade de direitos e passa a inserir, no debate, a questão da desigualdade social, que atinge prioritariamente determinados grupos sociais.

Os movimentos sociais, a partir da década de 80, período em que muitas ações se intensificaram, expandem o campo de ação das lutas democratizantes, que vão além da questão da igualdade de direitos, e passam a envolver as questões sobre o “futuro do desenvolvimento e a erradicação de desigualdades sociais como as de raça e gênero, profundamente moldadas por práticas culturais e sociais” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 16). Nasce assim, através da própria sociedade e da ação das organizações da sociedade civil, uma nova concepção de cidadania.

Este foi um período marcado “por uma notável dinâmica associativa e organizativa que alterou o cenário político do país e introduziu fissuras importantes no pesado legado autoritário e excludente da história brasileira” (PAOLI; TELLES, 2000, p.107). No início desta década, se deu a estruturação de um novo partido (Partido dos Trabalhadores) de forte enraizamento nos movimentos sindicais e populares, o fortalecimento de poderosas centrais sindicais e de movimentos sociais.

Desta forma, os movimentos se ampliaram e diversificaram, e também se distinguiram, indo além das perspectivas políticas e sindicais. Estes grupos eram capazes

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de trazer para o debate público uma diversidade de assuntos que exprimiam diferentes dimensões da vida social, como: questões referentes à discriminação de gênero, raça e etnia, meio ambiente, violência e direitos humanos, entre outros temas. Estes pontos passam a compor, no decorrer desse período, “uma agenda pública de debates, projetando na esfera política visões ampliadas de direitos e cidadania. As novas concepções congregam as exigências de equidade e justiça nas dimensões societárias e culturais que afetam identidades, existência e formas de vida” (PAOLI; TELLES, 2000, p. 108).

No entanto, foi principalmente na década de 90 que nas diversas arenas públicas passam a ser elaboradas e discutidas alternativas políticas que pudessem responder por estas novas demandas - racismo e desigualdade de gênero, direitos humanos, meio ambiente, etc. – através de uma “articulação múltipla e descentrada”. Esta nova dinâmica vem se firmado através da elaboração de políticas sociais alternativas, seja no plano de política formal, seja no plano cultural ou societário, como por exemplo: “medidas efetivas contra a discriminação racial ou de gênero são igualmente discutidas, desde políticas sociais pautadas pelo princípio da ação afirmativa até a elaboração de instrumentos políticos e jurídicos que permitam dar efetividade a direitos garantidos (e conquistados) na constituição de 1988” (PAOLI; TELLES, 2000, p.114).

É neste cenário que cresce e fortalece a ação dos movimentos sociais voltados para garantia dos direitos dos grupos sociais específicos, apoiados na perspectiva de luta contra a desigualdade. A principal reivindicação de uma parcela significativa destes movimentos organizados é regulada por dois aspectos: a denúncia do não cumprimento dos direitos sociais e luta pela inclusão através de políticas de viés afirmativo. Ainda hoje, tais organizações sociais continuam atuando no sentido da luta pela garantia de direitos e pela redução das desigualdades sociais, desigualdades que são constitutivas das relações sociais Brasileiras.

É inegável a importância dos movimentos sociais na consolidação da democracia brasileira, em especial na elaboração da Constituição Federal de 1988, que traz a possibilidade de participação popular para além do voto, consolidando o modelo de democracia participativa.

Muitos temas que hoje debatemos e nos parecem normais (direito das minorias sexuais, perspectiva de gênero, o empoderamento das mulheres, terra para os camponeses, a defesa da água como bem público) surgiram nas ruas, nas mobilizações, nas resistências. Os movimentos sociais contribuem para a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

democracia com conteúdo e com aspectos essenciais de vida. Nutrem a democracia, dão-lhe o revulsivo que precisa para continuar sendo um modo de proceder para melhorar a vida em comum. (AVENDAÑO, 2019, p.17)

Neste sentido os movimentos sociais se tornaram significativos instrumentos da democracia participativa e dentro deles encontramos um tipo de organização que se tornou bastante popular entre os jovens brasileiros: os coletivos. Segundo Perez (2018) coletivos são um tipo de movimento social que busca "fortalecer práticas democráticas na luta por direitos que fortaleçam a democracia participativa." (NEVES, 2016, p.1). Essas organizações coletivas tornaram-se mais numerosas no Brasil na medida em que os jovens percebem a necessidade de um novo agir político e novas formas de organização que permitam maior participação direta.

Os jovens reinventam novas formas de agir politicamente que convivem e se entrelaçam com organizações já consolidadas. Dentre essas novas formas de organização vêm chamando atenção nos espaços universitários os coletivos. A nomenclatura coletivo não é nova, tampouco as organizações que se auto intitulam desse jeito. No entanto, a utilização do nome coletivo tem crescido, como se fossem novas formas de mobilização, distantes das organizações burocráticas e hierárquicas. (PEREZ, 2018, p.4)

Segundo Perez (2018, p.3) Coletivo é "um tipo de organização fluida, não hierárquica e discursivamente distante da política partidária parlamentar e das organizações mais tradicionais.", são formas de mobilizações sociais pequenas e não institucionalizadas, e caracterizam-se por possuir pautas múltiplas, horizontalidade (ausência de liderança), fluidez e forte presença em mídias digitais.

O distanciamento dos coletivos dos partidos políticos e das arenas parlamentares é analisado por Perez (2018) que percebe, com base nos dados do latinobarômetro de 2010, 2013 e 2015, que o pico da descrença dos jovens universitários ocorre em 2013, período no qual a autora Angela Neves (2016) identifica que:

uma heterogeneidade de movimentos sociais, atores coletivos que buscam a abertura de um sistema político, burocrático fechado a participação social com projetos políticos em disputa, mas que marcaram com as diferenças nas lutas sociais a insatisfação com a democracia representativa que não respondem mais as necessidades sociais e humanas da sociedade (NEVES, 2016, p.2)

Dentro das Instituições de Ensino Superior (IES), os coletivos universitários são um importante elemento de organização política e cooperação entre os estudantes, pois o diálogo com as reitorias, pró-reitorias, coordenações, secretarias e demais componentes das instituições poderão significar mudanças significativas para acolhimentos dos grupos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

em vulnerabilidade social inseridos nestes espaços, e por consequência na redução das desigualdades sociais dentro e fora da universidade.

Dentre os coletivos universitários destacam-se os coletivos feministas que historicamente buscam reduzir as disparidades de gênero na universidade bem como melhores condições de permanência, contudo, um tipo específico de coletivo de mulheres tem se destacado durante a segunda década do séc. XX, os coletivos de mães universitárias. Estes coletivos fazem-se necessários para a promoção da permanência de mães na universidade pública, pois organiza e condensa suas pautas atuando internamente em diálogo com a gestão da universidade para exigir mudanças nas políticas públicas e institucionais baseadas nas necessidades deste grupo, além de se constituir como uma rede de afeto, dando suporte emocional e trocando informações entre aquelas que vivem ou viveram as mesmas situações. Os coletivos universitários tem como principal atividade pautar representações nas esferas organizativas de controle social, pressionar mudanças dentro de suas respectivas universidades e também garantir a manutenção de direitos já conquistados.

Segundo Gohn(2017) e Perez (2018) uma marcante característica dos coletivos é a busca pela horizontalidade no poder, tendo em vista que a base de funcionamento do coletivo é a cooperação em que os ganhos são coletivos, o que se reafirma na passagem: “Além de lugar de cooperação, os coletivos universitários podem ser caracterizados pela troca “ganhar-ganhar” em que todos os membros participam do esforço e se beneficiam do resultado”. (SENNET, 2012 apud MARIA; OZÓRIO, 2017, p.2).

Ao possibilitar a participação de múltiplos protagonistas de maneira instantânea, desenvolvem-se processos de intersubjetividade e constroem-se processos discursivos que poderão gerar novos repertórios, novos direitos, novas propostas de processos que poderão vir a ser assumidos, no plano da sociedade civil e política, como novas pautas para institucionalização, para a nação de normas comuns válidas para todos. (GOHN, 2017, p.25)

Assim como outros coletivos universitários o principal foco dos coletivos de mães é a permanência nos diversos níveis de formação bem como a vigilância sobre formas de opressão e assédio motivados por preconceitos referentes à maternidade. Contudo sua reivindicação de direitos de permanência pode se materializar de maneiras distintas de acordo com cada instituição e cada perfil discente.

Os coletivos de mães universitárias, em geral, possuem como objetivos centrais a criação de uma rede de apoio mútuo, dentro da universidade,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

propondo reflexões quanto aos desafios na conciliação de cuidados dos filhos e estudos, e busca a construção de diálogos junto à instituição a que se vinculam para implementação de políticas públicas que apoiem a permanência das mães estudantes na universidade. As demandas de cada coletivo podem variar em cada relativamente aos demais, de acordo com a necessidade das alunas, o perfil da instituição e de já haver, ou não, políticas instituídas em benefício das mães. (OLIVEIRA; SOUZA, 2020, p.1772-1773)

Como uma das características anteriormente mencionadas, a presença nas redes sociais virtuais também é uma característica desse movimento, pois as redes sociais possibilitam uma comunicação rápida e dinâmica, além do seu alcance e da sua capacidade de repercutir rapidamente e amplamente conteúdos, ou seja, a “viralização”. Segundo Gohn (2017) essas redes sociais são a forma básica de constituição e atuação da maioria dos coletivos por seu grande poder de mobilização e conexão, para a autora o ambiente virtual da internet “ocupa lugar central no caráter dessas ações conectivas no que diz respeito à infraestrutura de recursos para formar pautas, consensos, mobilizar a população, fazer convocações, divulgar resultados de atos, agendas futuras etc.” (GOHN, 2017, p.25)

3. METODOLOGIA

O impacto da pandemia de Covid-19 na rotina de pesquisadoras e pesquisadores é evidente, o que nos obriga a experimentar novos métodos de coleta de dados que possam ser realizados à distância. Embora a coleta por *e-survey* já estivesse bastante difundida no país, outros métodos tem surgido como alternativas adaptadas ao ambiente virtual, redefinindo o sentido tradicional campo de pesquisa, como aponta Deslandes e Coutinho (2020) “o ‘campo’ da pesquisa digital é mais um fluxo do que um “lugar”, uma rede de conexões que entrecruzam interações cotidianas distintas, ancoradas em muitas plataformas e ambiências tecnológicas, e o mundo offline.”. À esta vista, esta pesquisa, que também é realizada no cenário pandêmico, teve como objetivo mapear os coletivos de mães universitárias no Brasil a partir de pesquisa etnográfica compartilhando do mesmo pensamento de Christine Hine (2000) quando trata da etnografia virtual

A metodologia de uma etnografia é inseparável dos contextos nos quais ela é empregada e é uma abordagem adaptativa que floresce na reflexividade sobre o método. A abordagem etnográfica descrita aqui tem como objetivo fazer justiça à riqueza e complexidade da Internet e também defender a experimentação dentro do gênero como uma resposta a novas situações (2000, p. 13)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A adoção desta metodologia nos permite não só a identificação dos coletivos, mas também estudar as culturas das comunidades organizadas via internet, incluindo aquelas que já se constituíram *offline* e que migram ou transitam para as relações *online* (AMARAL; FRAGOSO; RECUERO, 2011), como é o caso dos coletivos de mães universitárias.

Tendo em vista que a bibliografia concernente (GOHN, 2017; PEREZ; SOUZA, 2017;2020; PEREZ, 2018; MARIA; OZÓRIO, 2017; MAIA, 2013) e a inserção em campo de pesquisa revelou que a intensa utilização das redes sociais para organização e consolidação é uma das suas principais características dos coletivos universitários, utilizou-se aqui da busca com os descritores “mães universitárias”, “mães na universidade”, “coletivo de mães universitárias” e “coletivo de mães” na rede social *Facebook*, onde foram identificados inicialmente 24 coletivos. A ampliação deste número se deu então a partir da observação participante realizados nos grupos “Coletivo Nacional de Mães na Universidade” do aplicativo de mensagens *WhatsApp*, com 82 membros e do grupo com o mesmo nome na rede social *Facebook* que contam com 394 membros atingindo o número de 28 coletivos.

4. RESULTADOS E ANÁLISES

No processo de análise e tratamento dos dados foi aplicado o critério único “ser um coletivo de mães estudantes universitárias”, tendo o tratamento dos dados também utilizado da observação participante e de diálogos com as lideranças dos coletivos em conversas de *WhatsApp*, resultando na exclusão de 3 iniciativas: o Núcleo Interseccional em Estudos da Maternidade (NIEM), Núcleo Materna e o Coletivo Pachamamá. Os dois núcleos mencionados não se definem como coletivo, mas atuam na investigação científica sobre o impacto da maternidade na vida das mulheres bem como o ativismo nas causas das mães, em especial as mães universitárias. O fato de que o NIEM está em constante atuação junto ao Coletivo de Mães da UFF e que o Núcleo Materna realiza a maior parte de suas atividades na UFRJ junto ao coletivo de mães local é um dos principais motivos identificados para que estes sejam erroneamente identificados como coletivos. O Coletivo Pachamamá possui representação no Coletivo Nacional de Mães na Universidade, mas foi excluído deste estudo por não estar direcionado às mães universitárias. Ao fim da

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

aplicação dos critérios chegou-se ao resultado de 25 coletivos de mães universitárias listados abaixo.

Tabela 1 - Listagem de coletivos

COLETIVO	ATUAÇÃO/UNIVERSIDADE	INÍCIO
Mamães na Pós-Graduação	Nacional	2017
Coletivo Nacional de Mães Universitárias	Nacional	2018
Coletivo de Mães da UFMA	Universidade Federal do Maranhão	2018
Coletivo de Maternâncias Plurais da UFBA	Universidade Federal da Bahia	2020
Coletivo de Mães da UnB	Universidade De Brasília	2017
Coletivo de Mães da UFG	Universidade Federal De Goiás	2018
Coletivo de Mães e Pais da UFR	Universidade Federal de Rondonópolis	2020
Coletivo de Mães e Pais da UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	2015
Coletivo MãEstudante	Universidade Federal De Santa Catarina	2017
Coletivo de Mães UFPR	Universidade Federal do Paraná	2020
Grupo de Mães e Pais Universitários/UFSCar - GPMU	Universidade Federal de São Carlos	2010
Coletivo de Pais e Mães da UFRRJ - COPAMA	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	2014
Coletivo de Mães da UFF - CMUFF	Universidade Federal Fluminense	2016
Coletivo de Mães e Pais da UFABC	Universidade Federal do ABC Paulista	2017
As PUC que Pariu	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Campus Monte Alegre	2018
Mães da UFRJ	Universidade Federal Do Rio De Janeiro	2019
Mães Universitárias – Unimontes	Universidade Estadual de Montes Claros	2019
Maternativa	Universidade Federal de Minas Gerais	2019
Coletivo de Pais e Mães Copama UFRRJ ITR	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Instituto Três Rios	2019
Núcleo de Mães e Pais da Unifesp - NMPU	Universidade Federal de São Paulo	2019
Mães do CRUSP (Conjunto Residencial da USP)	Universidade de São Paulo	2020
Coletivo Dandara de Mães e Gestantes da Unirio - Colodanda	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	2020
Núcleo Interseccional de Pesquisa em Educação em Saúde e Direitos da Criança - NUPES-CRIa.	Universidade de São Paulo	2020
MaternaCiência	Universidade Federal de São Paulo	2020
Coletivo de Mães da UFLA	Universidade Federal de Lavras	2020

Fonte: Elaboração própria

Dos coletivos citados, 2 possuem atuação nacional, 2 são de universidades do nordeste, 3 do centro oeste, 3 do sul e 15 no sudeste, região que além de possuir um número expressivo de coletivos de mães universitárias é também onde se encontram os primeiros coletivos de que se tem registro, o Grupo de Mães e Pais Universitários/UFSCar - GPMU de 2010 e o Coletivo de Pais e Mães da UFRRJ – COPAMA de 2014.

Identificou-se uma atuação articulada dos Coletivos de Mães Universitárias, tendo em vista que as lideranças dos coletivos se mantêm em constante contato nos grupos do

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Facebook e do *Whatsapp* do "Coletivo Nacional de Mães na Universidade". Essa relação entre os coletivos levantou uma nova hipótese a ser investigada, de que estes coletivos do Sudeste se apoiaram na criação dos novos coletivos em outras instituições "ensinando o caminho".

A pesquisa nas redes sociais resultou na identificação de 22 coletivos, apenas a imersão nos grupos de WhatsApp do Coletivo Nacional possibilitou a identificação de três coletivos que não possuem página ou grupo em nenhuma rede social e que não poderiam ser alcançados caso a metodologia se limitasse a busca nessas redes. Essa imersão possibilitou também identificar que atualmente, dentre os 23 coletivos de atuação local, apenas 12 possuem representantes no Coletivo Nacional que tem buscado a ampliação neste número.

Os grupos de *Facebook* e *Whatsapp* possibilitam um espaço de diálogo contínuo, organização de pautas e trocas de experiências entre as integrantes dos Coletivos de Mães Universitárias, assim como demonstra a bibliografia (GOHN, 2017; PEREZ; SOUZA, 2017;2020; PEREZ, 2018). Destacamos que com a pandemia os grupos se tornaram fundamentais para a organização interna dos coletivos, pois a necessidade de distanciamento social transferiu todas as relações para o ambiente *online*. Ademais é importante destacar que durante o ano de 2020, quando ocorre o início da pandemia de Covid 19 no Brasil, 8 coletivos de mães foram criados mesmo durante o isolamento social que resultou no fechamento das universidades, o que ratifica a importância destas redes para a articulação dos coletivos. Por outro lado a pandemia também resultou na sobrecarga feminina, mas apresenta uma sobrecarga diferenciada sobre as mães estudantes como aponta Silva e colaboradoras (2020) que evidentemente incide sobre as possibilidades de organização destas mulheres:

Na esfera acadêmica, os problemas já enfrentados pelas mulheres ganham novas nuances com a adoção das atividades remotas. O referencial masculino nos ambientes de produção científica, que espera por pesquisadores e estudantes disponíveis exclusivamente para sua formação e/ou pesquisa, demonstra-se ainda mais evidente, a partir de algumas medidas que ignoraram a sobrecarga das mulheres que estariam agora ainda mais presentes no ambiente doméstico e se viram como principais ou únicas responsáveis pelas atividades do cuidado. (SILVA *et al.*, 2020, p.151)

Além dos grupos de comunicação, as páginas do *Facebook* são também importantes no processo de organização das lutas destes coletivos, pois são utilizadas para

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

convocações de mobilizações, reuniões e eventos, acadêmicos e políticos, que sejam importantes para a suas demandas. Essa relação entre a atuação política e acadêmica é o que resulta na criação dos dois núcleos de estudos sobre a maternidade o Núcleo Interseccional em Estudos da Maternidade (NIEM) e o Núcleo Materna, que contam com a participação de membros de diversas universidades e coletivos diferentes, além e membros que não estão associados a nenhum coletivo.

A inserção no grupo de *WhatsApp* do Coletivo Nacional de Mães na Universidade permitiu também a identificação da massiva participação de estudantes de graduação que, de acordo com Silva (2017; 2020), são o público mais vulnerável quando comparadas a pós-graduandas e docentes.

A principal pauta identificada nos diálogos é a creche, pois nas raras IES em que elas existem ainda há uma intensa disputa pela escassas vagas destinadas a toda a comunidade universitária. Nas demais instituições a luta pela criação das creches ou pelo estabelecimento de convênios com as creches existentes é constante na programação de lutas dos coletivos. Além das creches, a demanda por fraldário, por criação de espaço infantil, acesso ao bandeirão com as crianças e a instituição de uma licença maternidade estudantil são outras pautas que aparecem em alguns coletivos, pois provocam não só a reflexão sobre as condições de permanência, como também a reflexão sobre gênero nas universidades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autora Ângela Neves (2016) aponta que a participação dos sujeitos nos processos de decisão é o que está na ordem do dia, pois “a sociedade quer ter poder de decidir, fiscalizar, monitorar para além do voto” (NEVES, 2016, p.4). Contudo as formas de participação popular nesses processos, que inclui movimentos sociais como os coletivos, tem enfrentado uma forte criminalização e até certa hostilização. Entende-se que a criminalização destes movimentos está diretamente associada ao avanço conservador e neoliberal também identificado por Nancy Fraser (2018), que indica que esse é um fenômeno mundial que trata de criminalizar a participação social e os grupos que pautam a igualdade.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Os Coletivos de Mães Universitárias também estão impactados pelo cenário político e pandêmico do país, pois além de enfrentar a hostilização de seus movimentos enfrentam também dificuldades para se organizar diante do aumento da sobrecarga feminina na pandemia. Além disso a "onda participativa às avessas" (NEVES, 2016, p.3) que hostiliza grupos progressistas, afirma sua posição conservadora e valoriza o papel da mãe e esposa no modelo de família cristã e patriarcal, que já eram observados por Badinter (1985) com o “mito do amor materno”. Assim a luta dos coletivos segue sendo não somente por direitos de permanência, mas também na constante tentativa de redefinição desses “lugares sociais” definidos para mães no país.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia E., DAGNINO E., ESCOBAR, A. O cultural e o político nos movimentos sociais Latino-Americanos. In: ALVAREZ, Sonia E; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

AMARAL, Adriana; FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

AVENDÃNO, Juan Luis Hernandez. **Democracia, até onde?** Revista Nova América. Rio de Janeiro, n. 163, 2019. Disponível em: <http://www.novamerica.org.br/ong/?p=1430>. Acesso em: 01 dez. 2020

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BADINTER. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro, Record, 2011.

BITTENCOURT, 2013. **Maternidade e carreira: reflexões de acadêmicas na fase de doutorado**. Jundiaí: Paco, 2013.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm. Acesso em: 15 jul 2021.

CRENSHAW, KIMBERLÉ. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, v.10, n.1, pp.171-188, 2002.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump- E além. Revista Movimento, 2018. <https://movimentorevista.com.br/2018/02/do-neoliberalismo-progressista-a-trump-ealem-nancy-fraser/>. Acesso em: 01 dez. 2020

HINE, Christine. **Virtual Ethnography**. London: Sage, 2000.

MARIA, E. A.; OZÓRIO, C. D. **O Papel Do Coletivo Das Mulheres Na Formação Das Universitárias Da Puc-Rio**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499462054_A_RQUIVO_OpapeldocoletivodasmulheresnaformacaodasuniversitariasdaPUCRio\(2\).pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499462054_A_RQUIVO_OpapeldocoletivodasmulheresnaformacaodasuniversitariasdaPUCRio(2).pdf). Acesso em: 02 set. 2019

NEVES, A. V. Ameaças à democracia hoje: desafios contemporâneos. 2016.

PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, Sonia E; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

PARENT IN SCIENCE. **Um estudo detalhado sobre o impacto da maternidade na carreira científica das mulheres brasileiras**. 2018. Disponível em: https://www.ufrgs.br/humanista/wp-content/uploads/2018/07/Parent-in-Science_principais_dados.pdf. Acesso em: 09 set. 2019

SALVADOR, A. C. Políticas de reconhecimento X Política de redistribuição: Um dilema contemporâneo. **Revista O Social em questão**, Rio de Janeiro, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, J. M. S. **Mães adolescentes negras na UFBA: As Intersecções entre maternidade, raça, trabalho e ensino**. 2017. 81 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SILVA, J. M. S., *et al.* A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. **Revista Feminismos**, Salvador, v.8, n.3, p.149-161, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42114>. Acesso em: 15 jun. 2021.

URPIA, A. M. O. **Tornar-se mãe no Contexto Acadêmico: narrativas de um self participante**. 2009. 201f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/ana_maria_urpia.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História
Rio de Janeiro/RJ, 2021